

DIREITO TRIBUTÁRIO

PROVA PRÁTICO – PROFISSIONAL



SEU CADERNO

Além deste caderno de rascunho contendo o enunciado da peça prático-profissional e das quatro questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas.



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de rascunho.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de rascunho.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, pendrive, fones de ouvido, Ipad, Ipod, Iphone etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se a disciplina constante da capa deste caderno coincide com a registrada em seu caderno de textos definitivos. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do examinando.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos examinandos na lista de presença.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na Coordenação do local de provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local e aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do Exame e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.
- Boa prova!

***ATENÇÃO:** ANTES DE INICIAR A PROVA, VERIFIQUE SE TODOS OS SEUS APARELHOS ELETRÔNICOS FORAM ACONDICIONADOS E LACRADOS DENTRO DA EMBALAGEM PRÓPRIA. CASO A QUALQUER MOMENTO DURANTE A REALIZAÇÃO DO EXAME VOCÊ SEJA FLAGRADO PORTANDO QUAISQUER EQUIPAMENTOS PROIBIDOS PELO EDITAL, SUAS PROVAS PODERÃO SER **ANULADAS**, ACARRETANDO EM SUA **ELIMINAÇÃO** DO CERTAME.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Estado de Minas Gerais, preocupado com a crise que instalou-se por todo seu território em razão da pandemia (COVID-19), resolveu por meio de Decreto Estadual criar um novo tipo de contribuição que será exigida dos servidores públicos estaduais (regime próprio) e será destinada para o custeio da assistência e saúde destes servidores. Tal Decreto Estadual foi publicado em 27 de dezembro de 2019 e terá validade (exigência das contribuições) à partir de 01 de janeiro de 2020. Guilherme, após o desconto de 10 (dez) contribuições em sua folha de pagamento realizado pelo seu órgão superior e representante do Estado de Minas Gerais, procura você advogado à fim de que tome as medidas necessárias cabíveis com a finalidade de restituir eventual tributo pago indevidamente, bem como para que venha buscar a possibilidade de que seja declarada à inconstitucionalidade/ilegalidade Decreto Estadual. Ajuíze a medida judicial possível. **(Valor: 5,00)**

Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Empresa ABC Ltda praticou no dia 10 de setembro de 2019 fato gerador do ICMS. Entretanto, considerando à grave crise financeira que a empresa enfrentava em razão de problemas econômicas, declarou o crédito tributário, porém não realizou o pagamento do tributo devido. Quando da realização do fato gerador estava vigente a Lei nº 001/17 que determinava alíquota de 25% e multa moratória de 20%. Ultrapassados 2 (dois) anos da ocorrência do fato gerador, a sociedade empresária, através de seu representante legal, procura o fisco estadual para realizar o pagamento do ICMS devido, eis que fora alertada que já estava em vigor a Lei nº 002/20, onde está reduziu a alíquota para 17% e a multa moratória para 15%. Sobre o presente enunciado, responda:

- a) Qual será o percentual de alíquota que deverá ser aplicado quando do pagamento pela Empresa ABC? **(Valor 0,60)**
- b) Qual será o percentual de multa que deverá ser aplicado quando do pagamento pela Empresa ABC? **(Valor 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Empresa ABC Ltda, considerando à grave crise financeira que enfrenta em razão da pandemia, realizou a venda de seu fundo de comércio para a empresa XYZ Ltda. Quando realizada à alienação, a empresa ABC Ltda apresentava dívidas fiscais que totalizavam mais de 10 milhões de reais. Ademais a empresa XYZ Ltda, em razão do expertise da empresa alienante, deu continuidade às atividades que até então era desempenhadas pela vendedora. Já a empresa ABC Ltda, face à venda realizada, paralisou todas suas atividades e não retornou ao mercado para realizar/praticar qualquer atividade empresarial. Sobre o presente enunciado, responda:

a) A empresa adquirente (XYZ Ltda) irá responder pelas dívidas fiscais da empresa alienante (ABC Ltda)?

(Valor 0,60)

b) Acaso à empresa adquirente (XYZ Ltda) realizasse à alienação do fundo de comércio em processo de Recuperação Judicial, iria responder pelas dívidas fiscais? **(Valor 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

A Igreja Nossa Senhora da Medianeira, fiel cumpridora de suas obrigações e resguardando todo seu patrimônio, renda e serviços para o cumprimento de sua finalidade essencial, recebeu carnê para o pagamento da Taxa de Recolhimento Domiciliar de Lixo para o Município de Santa Cruz do Sul – RS, bem como notificação para entregar todos seus livros fiscais para serem analisados pelos auditores municipais. Sobre o presente enunciado, responda:

a) A Igreja Nossa Senhora da Medianeira, por ser fiel cumpridora de suas obrigações e resguardar todo seu patrimônio, renda e serviços para o cumprimento de sua finalidade essencial, poderá ser fiscalizada pelos auditores municipais? **(Valor 0,60)**

b) A Igreja Nossa Senhora da Medianeira, em razão da imunidade tributária prevista na Constituição Federal, será contribuinte da Taxa de Recolhimento Domiciliar de Lixo? **(Valor 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

O Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, em dezembro do ano de 2020, resolve por meio de Decreto, disciplinar duas importantes medidas no âmbito tributário: 1ª) resolve antecipar (adiantar) o vencimento do IPVA/21 de março de 2021 para fevereiro de 2021 e 2ª) majorar à base de cálculo do IPVA/21, acima dos padrões inflacionários atuais, com vigência e validade para os fatos geradores ocorridos à partir de Janeiro de 2021. Sobre o presente enunciado, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul poderá antecipar o vencimento do IPVA/21 por meio de decreto? **(Valor 0,60)**
- b) O Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul poderá majorar à base de cálculo por meio de ato praticado pelo Poder Executivo? **(Valor 0,65)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

